



«Lutaremos pela liberdade todo o tempo que for necessário»

— declara o delegado em Portugal da Resistência Nacional Moçambicana

Manuel Frank:
«A RENAMO
controla actualmente
muitas zonas
por canto do
território do
país.»

Manuel Frank viu fazer-nos pessoalmente uma boa notícia: a de que não tardaria a ser libertado — como de facto o foi na dia seguinte — o sacerdote português Fernando Simões Carvalho e Silva, detido pelos guerreiros quando se dirigia de Ressano Garcia para a Moamba, localidade, aliás, não muito distante do Maputo. Mas a sua visita deu-nos ensejo a algo mais do que a notícia: uma entrevista com o delegado de RENAMO, que, como é natural, começou por abordar essas casas de religiosos — e não só religiosos — capturados pelos rebeldes moçambicanos. Todavia, «capturados», é leitor que o entrevistado se leusa a admitir.

— Não lhes chama capturados, porque de facto não são. Se os nossos combatentes levam com eles os estrangeiros, missionários ou não, que se encontram nas povoações que assaltaram, ou numa coluna de viaturas que caíram emboscada, é, fundamentalmente, para que se não repita o que infelizmente já se registou, para que não corram o risco de serem abatidos pelo inimigo, com o habitual objectivo de nos culpar por crimes cometidos pela FRELIMO.

— Mas não foi isso o caso do padre Fernando Simões, devido quando viajava sozinho...

— O padre Fernando foi detido por suspeita de ser um cooperante da FRELIMO. Quando a sua congregação, a Sociedade Missionária, nos fez saber de quem se tratava, criticou-se imediatamente da sua libertação.

— Reconhecemos que a solidariedade deste caso foi excepcionalmente rápida. Mas reconheçamos, também, que tem havido demoras de meses em vários outros casos.

— É verdade. Há demoras sempre que nenhum governo ou nenhumha instituição mostra o mínimo interesse na libertação dos estranhamente chamados reféns. E há demoras sempre que a FRELIMO levanta obstáculos à libertação. Enquanto es-

peramos que se concretizem as diligências para os restituír à liberdade, não nos pouparamos a esforços para evitar que os libertados sofriam incomodidades excessivas. Até hoje, depois de libertado, nenhum deles ou ditas se queriam de haver sofrido a mínima violência. Somente se queriam de traver leio longas caminhadas, as mesmas que fazem os combatentes.

— Tem-se dito que a RENAMO mantiém ainda muitos quarto portugueses. É verdade?

— Conheço apenas um caso, o de uma religiosa portuguesa, chamada Lúcia, que está prestes a ser restituída à sua congregação. De facto, a missionária Gabriela Fragoso, das Servas de Nossa Senhora de Fátima, que há semanas regressou a Portugal, disse ter conhecimento da existência de quatro portugueses num acampamento da RENAMO, na província de Nampula. Não tenho confirmação. Sómente conheço o caso que referi. Piesumo que as pessoas mencionadas pela Irmã Gabriela seguem moçambicanos de ascendência portuguesa e que ela as lembra confundida com portugueses.

— As Informações governamentais, ou pró-governamen-

tacionais, não disseram ocupar. A FRELIMO impõe-se apenas nas cidades e nos postos militares. Praticamente só de avião se consegue viajar com segurança de uma cidade para outra. De noite, nem sequer é seguro transitar por estrada de Maputo para a Matola, que é, como sabe, uma cidade satélite da capital. A melhor prova do que lhe digo está na recente decisão da Cruz Vermelha, que suspendeu as suas distribuições de alimentos, elegendo que o fazia «por recuar as actividades dos rebeldes».

— As Informações governamentais, ou pró-governamen-

tacionais que o estrangeiro projecte ou efectue no «corredor de Beira».

— A propósito do auxílio militar do Zimbabué: como repentinamente o vosso movimento anunciou que alastraria também em território zimbabuano, mas se

passasse?

— Passa-se que estamos a cumprir a ameaça. Cito-lhe, por exemplo, ataques da RENAMO na fértil quinzena de Dezembro, a localidades do Zimbabué, como Chimpala, Dargavuro ou Marandolas, essa última nitro prima de Horre.

De irá malho que «O

rante todo o tempo que for necess

rio. Estas foram algumas das decla

ções feitas ao nosso semanário pelo

Manuel Frank, delegado da RENAMO

em Portugal, numa entrevista que i

cou os principais aspectos da situaç

em Moçambique, ao cabo de dez de

vantamento popular contra o despi

tismo comunista da FRELIMO.

“O objectivo da Resistência Nacional Moçambicana foi sempre e continua a ser o de democratizar e liberalizar o país, criando condições de progresso generalizado. Só ignora o nosso programa político quem o fizer malevolamente.”

A FRELIMO SÓ CONTROLA AS CIDADES

Do que é portador, passamos ao que é global: a própria guerra civil. É geral a impressão de que nos últimos meses diminuiu muito a capacidade ofensiva da RENAMO, tendo aumentado, em contrapartida, o controlo do território pelas forças governamentais. Que nos diz a este respeito o delegado da RENAMO?

— Digo que é uma impressão errada. A RENAMO controla actualmente 80 por cento do território do país.

— Orienta por certo para...

— Pode crer que não é. Diese

nis, insistem em lutar da recuperação do «corredor da Beira».

— Pois insistem. Com o fortíssimo apoio militar do Zimbabué, acontece que por vezes se normaliza o funcionamento do oleoduto, ou das comunicações com a fronteira, ou abastecimento de água e de energia eléctrica à cidade da Beira. Mas essas normalizações duram geralmente uma semana; depois, os períodos de regresso à situação anterior, de regresso à anormalidade, prolongam-se por meses. De modo que continuam a considerar dinheiro destinado à tua os grandes inves-

diços, vêm chamando «guerra internacional» e não agressão civil ao conflito que devasta Moçambique. As seguintes declarações do dr. Manuel Frank acerca dos contingentes estrangeiros que actuam ao serviço da FRELIMO vêm confirmar a designação de «guerra internacional»:

OS CUBANOS ESTÃO EM TODA A PARTE

— Com os seus 18 mil ho-

mens, bem treinados e bem

municados, o Corpo Expedicio-

nário do Zimbabué constitui a maior força estrangeira que temos de defrontar. Seguem-se os zimbabweus, cerca de dez mil, também bastante activos.

O governo da Zâmbia, com a consciéncia da incapacidade militar do seu país, mandou para Moçambique apenas qua-

tro mil homens, que evitam en-

trar em combate e que porco

ou nada nos incomodam. Direi

o mesmo da pienezia simbólica de 350 soldados que o governo do Malawi destacou para proteger o ramal de Cuiafiba do Ca-

minho do ferro de Nacala e que

estão lá para manter equili-

bradas as relações entre o Ma-

lawi e a República Popular de

Moçambique do que para qual-

quer outra coisa.

E, sem sair do campo da

intervenção estrangeira, Manu-

el Frank fornece-nos mais

números, pelos quais se vê

que não só em África que

se encontram cubanos:

— Quanto a «conselheiros»,

que os 60 de várias nacionalida-

des, missos estão em maio-

ria, com 800, seguirão pelas alemãs orientais, com 300, e

pelas norte-coreanas com 300.

Mas incluindo «conselheiros mi-

litares» e «cooperantes», a

maioria pertence aos cubanos,

que estão em quase todos os

sectores, nos serviços de

saúde, nos serviços de

educação, nos

administrativos, e assim

por diante.

— E o reverso da medalha?

— Quero quer dizer?

— Quero proposito um tema

que certamente é delicado uns

RENAMO, ou a posição asser-

ida pela República da África do Sul...

— Delicado? Não sei porquê.

Quantas vezes será necessário

dizer que o apoio da África do Sul à RENAMO... — anoto que

existiu do inicio, mas que nunca

foi tão volumoso como se fez

creer — tornou-se completo em 13 de Março de 1984, ou seja, na véspera de Samora

Maciá e de Pieter Botha assi-

arem o Acordo de Incentivo

— Pense que a África do Sul

podrá invadir essa área a África

Popular de Moçambique

no ponto de fornecer tam-

pas militares para combate

guerrilha, designadamente a

proteger a linha transmissora

Cabora-Bassa?

— Penso que não. Mar-

concluiu a que já chegáram

e de que a política sul-afric

tem interesse em que a desestabilização se mantenha em Moçambique.

— Para que a desestabilização acabe será preciso começar pelo fim da guerra. Que perspectivas de paz se podem encantar neste momento?

— A paz está ao alcance de ambas as partes. Pela nossa parte, só desejamos estar em pleno de igualdade. Não aceitamos ser cidadãos de segunda, como também não queremos o poder pelo poder. Ambas as partes terão de fazer concessões. E se da parte de Joaquim Chissano se não vê qualquer disposição nesse sentido, ela existe em alguns sectores do lado governamental, designadamente militares. Sentem que a paz é uma necessidade absoluta e sabem que não deparamos as armas sem ser num plano de igualdade.

— A necessidade absoluta de paz é, cada vez mais, a tónica das cartas pastorais do episcopado moçambicano. Parece-lhe que a Igreja pode ser a necessária mediadora?

— Parece-nos que sim, desde que os seus apelos sejam entendidos pela FRELIMO como têm sido entendidos por nós.

EXISTE UM PROGRAMA POLÍTICO

— Os adversários da RENAMO acusam-na de não ter um programa político, de ser apenas uma força insurreccional. Que deve pensar-se disso?

— Só ignora o programa político da RENAMO quem o quiser ignorar maliciosamente, propositalmente. Ele existe desde sempre e há pelo menos três anos que foi divulgado de forma a não deixar dúvidas a ninguém. O objectivo da Resistência Nacional Moçambicana foi sempre e continua a ser o de democratizar, liberalizar e criar condições de progresso generalizado. Do ponto de vista político, queremos a erradicação do sistema de ditadura maniqueia — mas sem espírito de vingança — com a criação de um governo de concórdia nacional, tendo por missão pacificar o país, instituir a ordem democrática e estabilizá-la, assim como a missão de preparar as condições de relançamento social e económico. No que se refere especialmente à economia, não admitiremos monopólios,

oligopólios, nem a exploração económica de uma classe ou sector por outra classe ou sector. Sector público e sector privado são, para nós, interesses colaborantes conciliáveis. Não esqueceremos a situação dos bens confiscados ou intervencionados e a sua eventual devolução. É muito mais...

Manuel Frank alonga-se na apreciação dos vários pontos do manifesto da RENAMO aprovado há oito anos e que contempla, de facto, tudo o que se pode considerar uma doutrina de acto governativa. Não há espaço para pormenorizar, mas vale a pena recolher este comentário do delegado da RENAMO.

— Talvez não exagere se disser que de todos os movimentos de libertação é a RENAMO aquele que possui um mais completo e mais definido programa político. E já alguém se terá informado, por exemplo, se os «mujahedins» alegam possuem, também, um programa político?

países, apesar das campanhas de desinformação lançadas contra nós pelo inimigo.

— Amigos em muitos países, mas não nos respetivos governos...

— Nunca contámos com governos amigos...

— Pois não. Mas os governos de quase todas as democracias ocidentais, e instituições financeiras nacionais ou internacionais, estão a multiplicar as suas manifestações de apoio ao governo de República Popular de Moçambique. Agora, até a Espanha decidiu mandar guardas-civis dar instruções anti-terroristas em Moçambique. E então?

— Então, penso que a Espanha faria melhor em aproveitar os seus guardas-civis na luta contra o terrorismo nas Vasconcelas. Mas quanto ao apoio internacional dado à FRELIMO ele tem duas explicações, que se completam. Por um lado, a FRELIMO está a procurar desesperadamente fazer esquecer todos os crimes que cometeu,

todas as violações dos direitos humanos de que foram objecto tanto as várias confissões religiosas como os estrangeiros e, sobretudo, a própria população de Moçambique. Está a tentar pôr em prática, desesperadamente mas também desesperadamente, todos os pontos de política económica do programa da Resistência Nacional Moçambicana. Vê-se que assim é pela simples comparação entre medidas anunciamas pelo governo de Joaquim Chissano e os pontos programatizados da RENAMO.

— De qualquer modo, está a merecer crédito internacional...

— Não é só uma questão de merecer crédito. É que, por outro lado, todos os estrangeiros, governos, pessoas ou instituições, que estão a oferecer ou a dar apoio à República Popular de Moçambique, preocupam-se, mesmo que seja com vista a um futuro distante.

— E será muito distante esse futuro? Por quanto tempo po-

derá a RENAMO prolongar a luta contra o regime da FRELIMO?

Manuel Frank responde sem hesitar:

— A Resistência Nacional Moçambicana lutará pela liberdade durante todo o tempo que for necessário.

Mas acrescenta, com um sorriso, para qui a entrevista tanha a encerrá-la, mais do

que optimismo, um pouco de bom humor:

— Pelo menos, enquanto a FRELIMO existir. Quer dizer, enquanto, como até agora, nos servirmos das armas leigas e pesadas, das viaturas, das munições e de todo o material bélico do inimigo que cai nas nossas armas. E que cai às toneladas...

A.M.Z.

LUTAR ATÉ QUANDO?

— Uma vez que o dr. Manuel Frantz nos fala dos «mujahedins» alegas, a que tal referência nos faz lembrar que elas se encontram repartidas por vários grupos, deixe que lhe perguntarmos o que há quanto a dissidências de RENAMO?

— O que tem havido não são propriamente dissidências ideológicas. Ninguém põe em dúvida que a RENAMO é a única força em combate no terreno contra o marxismo da FRELIMO e ninguém contesta Afonso Dhlakama na presidência do nosso movimento. O que tem havido, infelizmente, são ambições individuais ou incompatibilidades pessoais. Mas isso é inevitável. Existe em toda a parte em todas as situações. Quanto a outros movimentos que sinceramente querem contribuir para a libertação e a recuperacão de Moçambique, eles deverão saber que temos os braços abertos para quem quiser lutar ao nosso lado.

— Começou por nos dizer que a situação militar da RENAMO não se agravou, contrariamente ao que se possa pensar. E no plano das relações externas?

— Também não. Continuamos a contar com excelentes e dedicados amigos em muitos

“A FRELIMO está a tentar pôr em prática, descaradamente, pontos da política económica do programa da RENAMO.”